Aviso n.º 7852/2010**Rescisão de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado**

Por despacho do director do agrupamento, no uso das competências delegadas pelos n.º 1.2 e 1.3 do despacho da DREL n.º 23 731/2006, publicado no *Diário da República* n.º 224 2.ª série de 21 de Novembro de 2006, foi autorizada a rescisão do contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, da assistente operacional Maria da Conceição Gonçalves Dias Domingues com efeitos a 31 de Dezembro de 2009.

14 de Abril de 2010. — O Director, *Rui Filipe Pereira de Noronha Trancoso*.

203145298

Escola Secundária Stuart Carvalhais**Aviso (extracto) n.º 7853/2010**

Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, no placard, a lista de antiguidade do pessoal não docente desta Escola reportada a 31 de Dezembro de 2009. Os não docentes dispõem de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso para eventuais reclamações.

Massamá, 13 de Abril de 2010. — O Director, *João Carlos de Matos Ribeiro*.

203146148

Direcção Regional de Educação do Alentejo**Agrupamento de Escolas de Arronches****Aviso n.º 7854/2010**

Por despacho da Directora Executiva do Agrupamento de Escolas de Arronches, faz saber que, no uso das competências que lhe foram delegadas através do Despacho n.º 10881/2008 do Senhor Director Regional de Educação do Alentejo publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 74, de 15 de Abril de 2008 homologou os Contratos de Trabalho em funções públicas por tempo indeterminado/termo celebrado nos termos da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro decorrente de procedimento concursal previsto no Decreto-Lei n.º 20/2006 de 31 de Janeiro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 51/2009 de 27 de Fevereiro com o âmbito de aplicação fixado nos artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, dos seguintes professores:

Nome	Código/Grupo	Início funções
Maria Glória Tavares Raposo	110 — 1.º Ciclo	14/09/2009

Arronches, 12 de Abril de 2010. — A Directora, *Ana Maria Reis*.
203144747

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E MUNICÍPIO DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL**Contrato n.º 220/2010****Adenda ao Contrato-programa relativo ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico**

Entre a Direcção Regional de Educação do Algarve, com o número de identificação de pessoa colectiva n.º 600031845 representado por Luís Manuel da Silva Correia, Director Regional de Educação, adiante designado como primeiro outorgante e o Município de São Brás de Alportel, com o número de pessoa colectiva n.º 503219924, representado por António Paulo Jacinto Eusébio, Presidente da Câmara Municipal, adiante designado como segundo outorgante, acordam em celebrar o presente aditamento ao contrato programa n.º 862/2006, publicado no *D. R.* n.º 130, 2.ª série de 7 de Julho de 2006, e em conformidade com o Despacho n.º 22 251/2005, de 2 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 12 037/2007, de 18 de Junho, pelo qual

procedem à alteração do ponto 1 da cláusula 3.ª que passará a ter a seguinte redacção:

Cláusula 3.ª

Comparticipação financeira

1 — O primeiro outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao segundo outorgante através duma participação correspondente a 50% do valor da refeição abatido do preço a pagar pelo aluno de acordo com a legislação em vigor, no valor de 0,58 Euros por aluno, num universo previsível de 403 alunos abrangidos.

31 de Agosto de 2009 — Pela Direcção Regional de Educação do Algarve, o Director Regional, *Luís Manuel da Silva Correia*. — Pela Câmara Municipal de São Brás de Alportel, o Presidente, *António Paulo Jacinto Eusébio*.

203148821

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E MUNICÍPIO DE SILVES**Contrato n.º 221/2010****Adenda ao Contrato-programa relativo ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico**

Entre a Direcção Regional de Educação do Algarve, com o número de identificação de pessoa colectiva n.º 600031845 representado por Luís Manuel da Silva Correia, Director Regional de Educação, adiante designado como primeiro outorgante, e o Município de Silves, com o número de pessoa colectiva n.º 506818837, representado por Maria Isabel Fernandes da Silva Soares, Presidente da Câmara Municipal, adiante designado como segundo outorgante, acordam em celebrar o presente aditamento ao contrato programa n.º 859/2006, publicado no *D. R.* n.º 130, 2.ª série de 7 de Julho de 2006, e em conformidade com o Despacho n.º 22 251/2005, de 2 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 12 037/2007, de 18 de Junho, pelo qual procedem à alteração do ponto 1 da cláusula 3.ª que passará a ter a seguinte redacção:

Cláusula 3.ª

Comparticipação financeira

1 — O primeiro outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao segundo outorgante através duma participação correspondente a 50% do valor da refeição abatido do preço a pagar pelo aluno de acordo com a legislação em vigor, no valor de 0,58 Euros por aluno, num universo previsível de 919 alunos abrangidos.

30 de Outubro de 2009 — Pela Direcção Regional de Educação do Algarve, o Director Regional, *Luís Manuel da Silva Correia*. — Pela Câmara Municipal de Silves, a Presidente, *Maria Isabel Fernandes da Silva Soares*.

203148854

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E MUNICÍPIO DE TAVIRA**Contrato n.º 222/2010****Adenda ao Contrato-programa relativo ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico**

Entre a Direcção Regional de Educação do Algarve, com o número de identificação de pessoa colectiva n.º 600031845 representado por Luís Manuel da Silva Correia, Director Regional de Educação, adiante designado como primeiro outorgante e o Município de Tavira, com o número de pessoa colectiva n.º 501067191, representado por José Macário Correia, Presidente da Câmara Municipal, adiante designado como segundo outorgante, acordam em celebrar o presente aditamento ao contrato programa n.º 860/2006, publicado no *D. R.* n.º 130, 2.ª série de 7 de Julho de 2006, e em conformidade com o Despacho n.º 22 251/2005, de 2 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 12 037/2007, de 18 de Junho, pelo qual procedem à alteração do ponto 1 da cláusula 3.ª que passará a ter a seguinte redacção:

Cláusula 3.ª

Comparticipação financeira

1 — O primeiro outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao segundo outorgante através duma participação correspondente

a 50% do valor da refeição abatido do preço a pagar pelo aluno de acordo com a legislação em vigor, no valor de 0,45 Euros por aluno, num universo previsível de 755 alunos abrangidos.

31 de Agosto de 2009. — Pela Direcção Regional de Educação do Algarve, o Director Regional, *Luís Manuel da Silva Correia*. — Pela Câmara Municipal de Tavira, o Presidente, *José Macário Correia*.
203148879

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6958/2010

Tendo-se verificado que as listagens de pessoal constantes dos anexos ao meu despacho n.º 19 853/2007 (2.ª série), de 31 de Agosto, por lapso, não incluíram a assistente administrativa principal Ana Luísa Diogo de Campos, pertencente ao quadro de pessoal do ex-Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI), a que sucedeu o extinto Gabinete de Relações Internacionais da Ciência, Inovação e Ensino Superior, determino que, no anexo II do citado despacho (pessoal do ex-Gabinete de Relações Internacionais da Ciência, Inovação e Ensino Superior a afectar à Direcção-Geral do Ensino Superior), seja incluída a seguinte funcionária:

Ana Luísa Diogo de Campos — assistente administrativa principal da carreira de pessoal assistente administrativa.

A produção de efeitos da presente rectificação retroage à data do despacho n.º 19 853/2007 (2.ª série), de 31 de Agosto.

26 de Março de 2010. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.
203145679

MINISTÉRIO DA CULTURA

Direcção-Geral de Arquivos

Aviso n.º 7855/2010

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 2 do artigo 6.º conjugado com o artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por meu despacho de 12 de Março de 2010 no uso de poderes delegados pelo Director-Geral da Direcção-Geral de Arquivos, conforme Despacho n.º 20 377/2007 de 28 de Junho de 2007 se encontra aberto procedimento concursal comum, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior, com vista ao preenchimento de um posto de trabalho não ocupado no mapa de pessoal do Arquivo Distrital do Porto.

2 — Reserva de recrutamento — para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento neste organismo e não ter sido efectuada consulta prévia à entidade centralizada para constituição de reservas de recrutamento, por esta ter sido considerada temporariamente dispensada, uma vez que ainda não foi publicitado qualquer procedimento concursal para a constituição das mesmas, informação constante na página electrónica da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (www.dgaep.gov.pt).

3 — O local de trabalho situa-se no Arquivo Distrital do Porto, arquivo dependente de âmbito nacional da Direcção-Geral de Arquivos, com sede em Rua das Taipas, n.º 90, 4050-598 Porto.

4 — Caracterização do posto de trabalho — carreira de Técnico Superior, categoria de Técnico Superior, cujo conteúdo funcional se encontra descrito, de forma abrangente, no Anexo à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na actividade de preservação e conservação do património arquivístico, nomeadamente quanto à execução permanente de diagnóstico do estado de conservação da documentação do ADP e avaliação e gestão de risco associado aos vários agentes de deterioração; concepção e implementação de um programa integrado de preservação para a documentação, designadamente de métodos de manuseamento, transporte e armazenamento dos documentos; estudo de materiais a aplicar na conservação e execução de acondicionamentos especiais; elaboração de propostas e execução de medidas preventivas e curativas no acervo documental do ADP; elaboração de normas e orientações técnicas para assegurar a manutenção dos documentos nos diferentes suportes; controlo e monitorização das condições-ambiente; controlo integrado de pragas; implementação de

plano de emergência; prestação de serviços de consultoria e apoio técnico na gestão de programas de conservação e restauro do património arquivístico e na promoção de iniciativas e projectos; análise e elaboração de pareceres sobre a qualidade de serviços e sistemas de arquivo na área da conservação documental; apoio a exposições documentais; concepção e produção de actividades relacionadas com a salvaguarda e a conservação do património arquivístico na área da extensão educativa e cultural

5 — Posição remuneratória — objecto de negociação nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, respeitando o disposto no artigo 38.º da Lei n.º 64-A/2008 de 31 de Dezembro.

6 — Âmbito do recrutamento — nos termos do disposto nos n.ºs 3, 4, 6 e 7 do artigo 6.º da LVCR, o recrutamento far-se-á prioritariamente de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, ou, em caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho nesses termos, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, conforme despacho de 4 de Março de 2010, do Ministro de Estado e das Finanças.

7 — Requisitos de admissão previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que devem estar reunidos até à data limite de apresentação das candidaturas:

7.1 — Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

7.2 — 18 anos de idade completos;

7.3 — Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

7.4 — Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

7.5 — Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

8 — Nível habilitacional e área de formação — licenciatura em Conservação e Restauro.

9 — A habilitação exigida no número anterior não é passível de substituição por formação ou experiência profissionais

10 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do Arquivo Distrital do Porto idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.

11 — Forma e prazo para apresentação das candidaturas:

11.1 — Forma:

11.1.1 — As candidaturas devem ser efectuadas em suporte de papel e entregues pessoalmente nas instalações do Arquivo Distrital do Porto, sito na Rua das Taipas, n.º 90, 4050-598 Porto, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, entre as 09h00 e as 12h30 e entre as 14h00 e as 17h30 até à data limite fixada no ponto 11.4 do presente aviso, ou enviadas por correio registado, com aviso de recepção para a mesma morada, contando neste caso a data do respectivo registo.

11.1.2 — Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.

11.1.3 — As candidaturas devem ser formalizadas, sob pena de exclusão do procedimento, através do preenchimento de formulário tipo, de utilização obrigatória, disponível na página electrónica do Arquivo Distrital do Porto (www.adporto.pt) ou nas referidas instalações, acompanhadas dos seguintes elementos:

11.1.3.1 — Currículo actualizado, datado e assinado;

11.1.3.2 — Fotocópia do certificado da habilitação académica;

11.1.3.3 — Fotocópia dos comprovativos de formação profissional;

11.1.3.4 — Declaração do órgão ou serviço onde o candidato exerce funções ou pertence, com identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, carreira e categoria de que é titular, e actividade que executa ou que executou por último no caso de trabalhadores colocados em situação de mobilidade especial e da avaliação de desempenho obtida nos últimos três anos;

11.2 — A não apresentação da fotocópia do certificado da habilitação académica ou da declaração do órgão ou serviço onde o candidato exerce funções ou pertence, com identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, carreira e categoria de que é titular, e actividade que executa ou que executou por último e da avaliação de desempenho, ou do currículo actualizado, datado e assinado, determina a exclusão do candidato do procedimento, por impossibilitar a sua admissão e avaliação, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 10 e 11 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

11.3 — A não apresentação de fotocópia dos comprovativos da formação profissional realizada, tem como consequência a sua não valoração em termos curriculares.

11.4 — Prazo para apresentação das candidaturas: 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

12 — Métodos de Selecção:

12.1 — Ao abrigo dos n.ºs 1 artigo 53 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, os métodos de selecção obrigatórios a aplicar são, sem prejuízo do disposto nos pontos seguintes:

a) Prova de Conhecimentos (PC)

b) Avaliação Psicológica (AP)